

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO
CURSO EM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CAMILA DAS CHAGAS

**A ESCOLA E SUA IMPORTÂNCIA NA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS:
UM ESTUDO DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO**

FLORIANÓPOLIS

2022

CAMILA DAS CHAGAS

**A ESCOLA E SUA IMPORTÂNCIA NA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS:
UM ESTUDO DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^aDra. Simone Vieira de Souza.

FLORIANÓPOLIS

2022

Ficha de identificação da obra

das Chagas, Camila

A escola e sua importância na prevenção ao uso de drogas: um estudo de levantamento bibliográfico / Camila das Chagas; orientadora, Simone Vieira de Souza, 2022. 39 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Crianças. 3. Escola. 4. Drogas. I. Vieira de Souza, Simone. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Pedagogia. III. Título.

Camila das Chagas

A ESCOLA E SUA IMPORTÂNCIA NA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS: UM
ESTUDO DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciatura em Pedagogia e aprovado em sua forma final pelo Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 25 de março de 2022

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me proporcionar a oportunidade de estar me formando.

Aos meus pais, Marlei e Adilson, pelo apoio e incentivo, por eles, nunca desisti.

À minha madrasta, Virginia, que acompanhou minha trajetória e me encorajou, e ao meu padrasto José, que sempre me auxiliou no que podia.

À minha irmã Carol, pelo apoio na minha vida acadêmica, auxílio e também pelas broncas, quando necessário.

Aos meus filhos que, mesmo indiretamente, deram-me força no processo de formação. Foi querendo dar o melhor para eles, pensando em ser um bom exemplo, que cheguei até aqui, tenho orgulho em dizer que não foi fácil, mas consegui.

À professora Simone Vieira de Souza pela orientação, paciência, atenção, cooperação, dedicação e conhecimento, os quais foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Às minhas colegas Marina Martins Santos e Juliana Barbosa, que, quando eu achava que estava tudo ruim, ajudavam-me, davam-me ânimo, dizendo que eu iria conseguir.

Às minhas amigas Daiane Fernandes e Ana Maria Bezerra (Taty), que deram muita força e passaram muitas energias positivas, e à Carolina do Amarante, que, além de ajudar neste processo, sempre enfatizou que sou capaz e que daria tudo certo. A vocês, minha eterna gratidão.

Aos meus amigos e familiares, que, do seu jeito, apoiaram-me e estiveram presentes durante este caminho, especialmente aqueles que, de alguma forma, auxiliaram-me na construção deste trabalho ou se disponibilizaram a me socorrer com o que podiam. Mesmo sem citar os nomes, agradeço de coração, pois sem eles nada disso seria possível.

E, por fim, à Universidade Federal de Santa Catarina, por ter me possibilitando experiências que me fizeram crescer, pessoal e profissionalmente.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito.

Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus não sou o que era antes.”

(Martin Luther King)

RESUMO

O presente trabalho buscou compreender a importância da escola na prevenção ao uso de drogas. Nesse sentido, procurou identificar nas pesquisas as características do grupo de crianças que estão vulneráveis ao consumo precoce de drogas; analisar qual o tipo de atividade tem sido realizada nas escolas, como projetos que caminham nessa direção; e perceber a importância do papel da escola na prevenção desse consumo. A metodologia utilizada pautou-se em um estudo bibliográfico, sem um recorte temporal definido. Para isso, foram realizadas pesquisa e análise de publicações na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) Brasil, com os descritores: prevenção, drogas, criança, escola e saúde escolar, e selecionados seis artigos. Sobre algumas das considerações que chegamos, é possível verificar que a escola tem um papel importante nas iniciativas para a prevenção do consumo de drogas e que necessita de uma rede de apoio e interlocução com as famílias, os estudantes e a comunidade. Logo, podemos concluir que, ao compor ações mais coletivizadas, o alcance dos referidos projetos na escola é maior, podendo contribuir de forma exitosa e efetiva no que se refere à participação dos sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Crianças. Drogas. Escola. Prevenção. Saúde Escolar.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------|---|
| CEBRID | Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas |
| DARE | <i>Drug Abuse Resistance Education</i> |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| PROERD | Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência |
| PPP | Projeto Político Pedagógico |
| PSE | Programa Saúde na Escola |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |
| UNIFESP | Universidade Federal de São Paulo |
| UNODC | Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 12 |
| 1.1 O surgimento da infância e o direito das crianças | 12 |
| 1.2 A escola e a formação humana | 13 |
| 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 25 |
| 2.1 Eixos de análise..... | 26 |
| 2.1.1 <i>Características do grupo de crianças vulneráveis ao consumo precoce de drogas.....</i> | <i>26</i> |
| 2.1.2 <i>Tipo de atividade realizado nas escolas como projetos de prevenção ao consumo precoce de drogas</i> | <i>27</i> |
| 2.1.3 <i>Importância do papel da escola na prevenção ao uso de drogas</i> | <i>29</i> |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 31 |
| REFERÊNCIAS | 33 |

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema de prevenção do consumo precoce de drogas na escola surge a partir do momento que cursei a disciplina de *Educação e Infância VIII: exercício da docência nos anos iniciais do ensino fundamental*, do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O estágio ocorreu no primeiro semestre de 2019 e foi realizado com a turma do 4º ano, na Escola de Educação Básica Padre Anchieta, localizada no Bairro Agrônoma, em Florianópolis, Santa Catarina.

A escola pertence à rede estadual de ensino de Santa Catarina e atua com a educação de crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio. Na sua maioria, os estudantes são oriundos das comunidades do Maciço do Morro da Cruz¹, mas também há uma parcela que se desloca de outros bairros do Norte da Ilha e da região continental. Por conta disso, os marcadores sociais de classe social, grupos étnicos ou de orientação sexual estão colocados e precisam ser considerados ao se debruçar sobre esse contexto escolar.

Com isso em mente, destaco uma cena que me afetou e que às vezes pode passar despercebida ao olhar do docente, que, nas urgências da sala de aula, deixa escapar outras urgências importantes: presenciei nos arredores da escola dois estudantes do 4º ano, com idade entre 10 e 11 anos, consumindo drogas antes de iniciar a aula. Compreendem-se drogas como substâncias que, quando consumidas, trazem mudanças fisiológicas ou comportamentais, conforme afirma Graciela Gema Pasa (2011, p.18):

A palavra droga, em linhas gerais, pode ser compreendida como qualquer substância que exerce um efeito sobre o organismo. As drogas chamadas psicoativas ou psicotrópicas (de origem grega, traduzida como aquilo que age sobre a mente) tem ação no sistema nervoso central alterando o funcionamento cerebral, induzindo sensações de calma ou excitação, bem como potencializando variações de humor (alegria e tristeza), e alterações de percepção sobre a realidade.

¹ O maciço do Morro da Cruz é composto por um vasto território formado por um bloco rochoso alongado, cuja área total compreende 2,1 milhões de metros quadrados, situado na porção central da ilha de Florianópolis, mas não integra o cenário paradisíaco da “Ilha da Magia”, amplamente divulgado pela mídia. Composto por aproximadamente 18 comunidades. Não há consenso em relação ao número de habitantes das comunidades, mas as lideranças comunitárias estimam que existam cerca de 30 mil pessoas residindo nos morros, o que equivale a quase 8% da população absoluta da capital.

O referido fato me trouxe questões como a possível relação entre o baixo desempenho escolar de ambos, a falta de concentração nas aulas que se seguiram naquele dia e no decorrer de tantos outros e a realidade do bairro onde eu moro de onde observo crianças e adolescentes desde muito cedo no envolvimento com o tráfico e o consumo de drogas. Segui reflexiva e outros questionamentos aparecem, como porque em pleno século XXI, crianças, adolescentes e suas famílias são discriminadas e julgadas pela sua cor de pele? Porque residir no morro, na comunidade é expressão de exclusão, violências e sofrimentos dos sujeitos?

Sobre isso, encontrei algumas pistas nas cenas e diálogos do documentário “*Maciço*” (DOCUMENTARIO MACIÇO, 2009): 1) é explícito e brutal, o fato de pessoas, por viverem em determinadas comunidades, sofrerem as marcas do preconceito e da discriminação na sua pele e história; 2) na sua condição de moradia, tanto a polícia, quanto a sociedade de modo geral, as veem com olhos desqualificadores; 3) a busca por um emprego é algo difícil e, às vezes pouco provável, quando se registra o endereço residencial.

Nesse sentido, é possível afirmar que muitos estudantes que vivem essa realidade, convivem desde muito cedo com o preconceito e com o desafio de se afirmarem a partir de suas condições sociais de ser criança. O que ressalta, assim, a importância de saber quem são essas crianças e suas famílias? Quais os direitos são negados de forma recorrente? O que se pode construir para garantir o acesso e o seu direito de ter os direitos respeitados?

Trazer essas perguntas para o horizonte, no ofício de ser professora, diz sobre a necessidade de um nível de cuidado e de compromisso com a profissão. Uma prática e experiência escolar para além da mesmidade, com uma educação voltada às diferenças, como afirma Schütz (2017) e implicada com o exercício da alteridade².

Como objetivo principal deste trabalho, pretendo *compreender a importância da escola na prevenção ao uso de drogas, por meio de uma pesquisa bibliográfica*. E, como parte do processo, irei: identificar as características do grupo de crianças que estão vulneráveis ao consumo precoce do uso de drogas; observar qual o tipo de atividade tem sido realizada nas escolas, como projetos de prevenção a esse consumo; e

² Alteridade é o plano de forças e de relações, onde o encontro dos sujeitos ocorre, ambos são afetados e afetam mutuamente, e produz transformações irreversíveis. Alteridade é compreendida também como o que é diferente, significa o que é o outro, portanto, demanda o exercício de se colocar no lugar do mesmo, de perceber e sentir o outro como um sujeito singular, subjetivo. (ROLNIK, 1992)

perceber a importância do papel da escola na prevenção ao uso de drogas no ensino fundamental.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está dividido em quatro seções: introdução, fundamentação teórica – que apresenta discussões sobre o surgimento da infância e o direito das crianças, a escola e a formação humana; e as ações possíveis na prevenção ao uso de drogas; percurso metodológico – que se deu por meio de um estudo bibliográfico, sem um recorte temporal definido, realizado na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) Brasil, com os descritores: prevenção, drogas, criança, escola e saúde escolar; e as considerações finais.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 O SURGIMENTO DA INFÂNCIA E O DIREITO DAS CRIANÇAS

Segundo Ariès (1981), o olhar em torno da infância surge no final do século XVI e durante o século XVII. A criança antes disso era vista como um adulto em miniatura e tratada assim também. Tão logo as crianças adquirissem independência física, eram inseridas de imediato no mundo adulto e passavam a realizar as tarefas dentro das suas possibilidades.

O autor aponta que, na modernidade, ocorre a redução dos índices de mortalidade infantil e que a categoria é uma construção social, uma vez que a criança era vista como um ser humano de pouca idade. Isto é, o conceito de infância pode ser entendido também como uma construção histórica, política e cultural (ARIÈS, 1981).

Já no início do século XXI, temos uma visão de infância constituída por crianças com papéis variados, que dependem das organizações sociais, trazendo desafios para as pessoas que atuam na educação e nas políticas sociais. Tal fato, torna essencial ao ofício de professores(as), refletir sobre o modo de ver e pensar a infância; observar e registrar diariamente sua prática, ancorando-a teoricamente; considerar as contribuições das crianças, a importância de olhar sua infância, as diferenças de cada uma delas; e compreender o contexto vivido (LIMA, 2006 *apud* AGOSTINHO; LIMA, 2015)

Nesse sentido, Lauro e Santos (2010, p. 5) afirmam que:

[...] como o adulto, a criança é um ser em construção e que irá se construindo por toda a vida. Sua aprendizagem se dará em momentos de atividades individuais e atitudes coletivas, contudo, a fase de vida infantil reserva algumas peculiaridades no desenvolvimento físico, motor e cognitivo: o modo de construção do conhecimento, de percepção e ação no mundo, que faz da criança um ser humano diferente do adulto, por isso elas devem ser educadas de um modo que respeite suas particularidades, através de brincadeiras, faz-de-conta, através do lúdico e de forma prazerosa, seus direitos devem ser respeitados e sua integridade preservada.

Assim, vemos como é importante a formação humana para aprender a respeitar a infância das crianças. Infância definida como uma condição social de poder ser criança (QUINTEIRO, 2002). E compreender que o outro é diferente de nós, que podem nos dizer o que querem e o que precisam por isso, entendemos a necessidade de escutar e de garantir o direito das crianças de se expressarem e de participarem, independente da sua

idade ou condição econômica. É um sujeito singular, faz leituras de si e do mundo e que, portanto, tem considerações de vida para socializar.

Ainda sobre uma concepção de infância, Miguel Arroyo (1994) afirma que esta não é algo estático, que permanece sempre da mesma forma, é algo que se encontra em permanente construção e movimento. Antigamente, por exemplo, a criança era inserida no mundo adulto muito cedo por meio do trabalho, como já descrevemos. E durante séculos permaneceu assim, como sujeitos privados de direitos.

Dessa forma, podemos afirmar que não existe, e nunca existiu, um único jeito de compreender a categoria ou um único modelo e referência de ser criança. E foi num passado recente, num contexto de lutas e tensões, que a infância ganhou o estatuto de uma categoria que diz respeito à constituição de sujeitos de direitos, com idade até 12 anos incompletos (BRASIL, 1990). Desse modo, a partir de uma perspectiva crítica e de afirmação de direitos.

Foi com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), que a criança e o adolescente se tornam sujeitos de direitos no Brasil, cabendo, ao Estado, à família e à sociedade civil garantir o bom desenvolvimento físico, mental, moral e social; o acesso e o direito à educação; a igualdade nas condições de sua entrada e permanência na escola. Objetivando, assim, o seu desenvolvimento, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Alcances fundamentais e expressão da conquista de direitos para uma parcela da sociedade que está mais à margem.

Então, por meio da prática docente e da escola, pode-se perceber a indissociabilidade da dimensão política, social e pedagógica da educação. Por isso, a importância no cuidado de se pensar e considerar as diferentes realidades das crianças dentro e fora do ambiente escolar, à prevalência no uso de drogas na idade escolar e o seu enfrentamento, sem o viés moralista ou reprodutor de uma ótica que culpabiliza a família, a criança e a escola.

Disso, pode-se compreender que o processo de leitura do mundo ou da realidade não deve acontecer de maneira mecânica ou sem criticidade, pois quando se procede dessa forma, a pessoa que está inserida neste contexto de ensino-aprendizagem passa apenas a reproduzir uma narrativa de moralidade diante da ideia de que tanto a escola quanto a família têm a função redentora sobre combate ao consumo do uso de drogas na escola.

1.2 A ESCOLA E A FORMAÇÃO HUMANA

A escola é uma instituição social e promove processos de socialização. Para a professora Marília Gouvea de Miranda (1992), a concepção de infância, a função da escola, relações entre criança, escola e sociedade, bem como o próprio processo de socialização, são questões estudadas por diferentes enfoques, tanto pela Pedagogia quanto pela Psicologia. E a ausência de um olhar crítico para essas questões produz limitações ao processo de escolarização, imprimindo uma concepção ingênua e descolada da realidade. Afirma a autora:

A idealização de uma “natureza infantil” e de uma função socializadora da educação, destituída de seu caráter histórico e socialmente determinado, reduz a teoria a uma finalidade pragmática e profundamente ideológica: promover a integração de uma criança abstrata a uma sociedade harmônica via processo de escolarização, essencialmente neutro. (MIRANDA, 1992, p. 125)

Dito isso, chama atenção de que tanto a pedagogia tradicional quanto a nova, se ocuparam em fazer da escola um lugar de passagem do universo infantil para o adulto, contribuindo para a manutenção dos interesses da sociedade. E defende o pressuposto de que o processo de socialização é determinado pela condição histórico-social da criança, e que, apesar de a sociedade negar o papel social da infância, esta é sujeito da ação, cria e recria o seu processo e interfere na realidade (MIRANDA, 1992). Para a autora, a escola está longe de ser neutra ao contrário disso, reproduz no seu interior, a desigualdade social, produz exclusão e funciona como instrumento de dominação.

Com base na leitura do texto “*O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança*”, de Miranda (1992), e as vivências na disciplina de *Educação e Infância VIII: exercício da docência nos anos iniciais*, quando pensamos a relação entre o processo de escolarização de crianças do 4º ano, com idade entre 9 e 10 anos, inseridas no contexto da escola pública, e o contato precoce com as drogas, eis que uma pergunta se faz recorrente: De que forma a escola pública pode contribuir e qual o seu alcance na prevenção ao uso de drogas? Isto é, de que forma a instituição pode atuar como mediadora de conhecimentos, indo mais além dos conhecimentos sistematizados, e se apresentar como um caminho possível para o desenvolvimento da autonomia humana, possibilitando transformação social e emancipação dos sujeitos?

Ao considerarmos a história da escola pública com relação às suas práticas pedagógicas, destacamos que nem sempre se registrou a intencionalidade de trabalho com as diferentes realidades das crianças no contexto de sala de aula. Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 237), apontam que a escola

[...] surgiu com o nascimento da sociedade industrial e com a constituição do Estado nacional, para auxiliar a educação que acontecia na família e na igreja. Ganhou base na crença do progresso, sendo beneficiária da educação dos homens e da ampliação da cultura.

Ou seja, a instituição escolar surge no contexto do sistema político e econômico do capitalismo, e, a partir dessa proposta de educação, “[...] foi sendo pensada como um projeto social que respondesse às demandas ou necessidades estabelecidas pelos grupos sociais ali hegemônicos” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 249).

Nesse sentido, a escola ao longo do tempo foi sendo estruturada como uma prática social cuja transmissão dos conteúdos e/ou conhecimentos se dão pelas relações humanas, que tem métodos de acordo com os objetivos desejados, e que, como afirmam os referidos autores, estão “[...] vinculadas a necessidades e demandas do contexto econômico, político e social e cultural de uma sociedade e a interesses de grupos sociais” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 239).

Ao que tudo indica, nesse contexto histórico, o conceito de diversidade não comparece nessa instituição que se ocuparia de mediar conhecimentos para a vida dos indivíduos em sociedade.

Na concepção histórico-crítica a educação é vista como “atividade mediadora no seio da prática social global”. Neste enfoque retomou a necessidade de valorizar a pedagogia, articulando-a ao processo de transformação social e humanização do homem. (SILVA; WEIDE, 2016, p. 42)

Observa-se que durante o surgimento da escola e do contexto da sala de aula, de maneira geral, estas se alinhavam aos moldes e propostas que se preocupavam em formar a consciência da população e de criar uma nova aceitação para as coisas que já existiam, na direção de um pensamento hegemônico, pois:

A *sala de aula* como a conhecemos e também as estruturas que a precederam são situações sociais nas quais se produzem as conduções. Em primeiro lugar, interessa que a criança conduza a si mesma, seja ficando quieta em seu banco ou conduzindo seu próprio pensamento durante a aprendizagem. Em segundo lugar, que conduza a si mesma por meio de e com base em modelos, pautas e normas definidas pelo condutor dessas conduções: o professor e,

acima dele, o Estado. Nos postulados da pedagogia com relação à sala de aula, principalmente com respeito ao método, pode-se observar como se produz uma certa “governamentalidade”, estado que permite que sejamos governados. (DUSSEL; CARUSO, 2003, p. 46)

Considerando isso, quando trazemos para o foco desse estudo, a presença de crianças, no contexto da escola pública, usando precocemente drogas, somos lembrados do fenômeno da reprodução e legitimação das desigualdades sociais na instituição. Ao que tudo indica, a escola segue o mesmo roteiro e função, apesar do acúmulo de estudos que apontam para outras necessidades e possibilidades. E, desse modo,

A escola cumpriria, assim, portanto, simultaneamente, sua função de reprodução e de legitimação das desigualdades sociais. A reprodução seria garantida pelo simples fato de que os alunos que dominam, por sua origem, os códigos necessários à decodificação e assimilação da cultura escolar e que, em função disso, tenderiam a alcançar o sucesso escolar, seriam aqueles pertencentes às classes dominantes. A legitimação das desigualdades sociais ocorreria, por sua vez, indiretamente, pela negação do privilégio cultural dissimuladamente oferecido aos filhos das classes dominantes. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2012, p. 31)

E é aí que o(a) professor(a), por meio de uma docência engajada politicamente, à medida que também investiga a realidade, compreende que as diferentes formações sociais, culturais e históricas instituirão conjuntos de valores éticos, como padrões de conduta, de relações interpessoais, de comportamentos sociais que poderão garantir os aspectos éticos, políticos e pedagógicos que fazem parte da formação humana.

O chamado é para que, diante das especificidades e desafios colocados, ampliemos as leituras, percepções e conexões, na busca de projetos de ensino e de intervenção que caminhem na direção da inclusão, cuidado e afirmação da vida. Destaca-se, portanto, a importância da formação humana como possibilidade de compreender as crianças como sujeitos pertencentes aos mais variados contextos de infância e aspectos sociais, econômicos, históricos e políticos.

1.3 A ESCOLA E AS AÇÕES POSSÍVEIS NA PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

Para Giacomozzi (2012), a escola é um espaço favorecedor para diversas experiências de convivência entre educadores, estudantes, pais e funcionários. A comunidade escolar, de modo geral, em seu ambiente sociocultural, observa o desenvolvimento das práticas, e ressalta a importância de abordar o assunto de

prevenção ao uso de drogas nesse espaço, reforçando os vínculos familiares e redes de apoio como um fator importante para a prevenção. Afirma, ainda que as ações devam aproximar o entorno da comunidade escolar, possibilitando que as abordagens dos programas de prevenção ultrapassem os muros da escola. E concluí que a instituição não conseguirá trabalhar sozinha na esfera da prevenção, ela está entrelaçada à família e à toda a comunidade, na busca de melhor qualidade de vida para as crianças e adolescentes (GIACOMOZZI, 2012).

Quando falamos da relação entre a família e a escola, compreendemos que a família é o primeiro espaço onde ocorre a inscrição das marcas do humano na criança é, onde se dá uma dimensão do ensino e do desenvolvimento. Para Vygotsky, conforme aponta Neves (2009, p. 399):

[...] o ser humano quando nasce já se vê envolvido em um mundo eminentemente social. É justamente por se encontrar nesse ambiente cultural e histórico que o bebê sobrevive. Assim, todo o trabalho do desenvolvimento consiste em converter o plano biológico (próprio da espécie) no plano social, mediante a ação da cultura em que se processa. De maneira geral, o processo de aprendizagem pode ser definido como o modo de os seres adquirirem novos conhecimentos, por um processo integrado que provoca uma transformação qualitativa na estrutura mental. O desenvolvimento cognitivo sofre modificações quando a criança ingressa na escola, levando consigo marcas que podem interferir no rendimento escolar. Essas marcas, que podem ser biológicas, psicológicas, familiares, sociais, provêm dos primeiros anos de vida.

O que pressupõe um ponto crucial para se criar encontro e estreitamento de relações entre a família ou responsáveis pelos estudantes e escola. Contudo, o que o cotidiano tem nos mostrado é a presença de um terreno arenoso e frágil, no qual muitas vezes não há interlocução entre essas duas pontas e, que apesar do que as une, o estudante, as posturas são de rivalidade e de culpabilização quanto aos diferentes tipos de “fracassos” objetivados no percurso de escolarização.

Na Constituição Federal de 1988, o art. 227 (BRASIL, 1988) define que é dever da família oferecer cuidado, proteção, educação, dentre outros; e que a família terá que cumprir o que está definido dentro da Lei maior, incluindo ainda como dever dos pais ou responsáveis, matricular os filhos na escola (BRASIL, 2020). O que dá início à aproximação e relação entre a instituição escolar e a família para atender ao que preconiza o documento.

Essa relação entre a família e a escola é fundamental, uma vez que cada instituição realiza um conjunto de funções específicas. À família cabe prover as

necessidades prementes da criança, além de cuidar, proteger, complementar a sua formação; e a escola tem a função de realizar a educação formal, garantindo o direito do estudante a aprender os conteúdos essenciais e se desenvolver; e ambas se encontram na tarefa de criar condições que propiciem o desenvolvimento social, cognitivo e afetivo da criança (SALVADOR, 1999).

Para Lopes *et al.* (2016), a função da escola com o apoio da família oferece possibilidades maiores para que as decisões possam ser tomadas, deforma a compartilhar problemas, conflitos, dúvidas, ansiedades, expectativas e satisfações, respeitando e protegendo a criança. Talvez isso evidencie o que Paulo Freire (1998, p. 46) diz:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativa-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar.

O que poderá, também, contribuir para que o estudante seja protagonista da sua história, experienciando o afeto e a comunicação como instrumentos que auxiliam na aprendizagem e no desenvolvimento. Segundo ainda a Constituição Federal de 1988, o papel da família na educação das crianças, deverá consistir em:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

[...]

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. (BRASIL, 2020)

Tais pressupostos afirmam a relevância da comunicação e sintonia da escola com a família e vice-versa, para que ambas possam se articular e se auxiliar para a melhor formação educacional das crianças. Por mais difícil que seja essa forma de comunicação e parceria, ela é, ao mesmo tempo, da ordem do possível. A escola muitas vezes cria estratégias e ferramentas para trazer a família para dentro dela, visando o diálogo entre elas e aprimorando o processo de gestão e participação democrática.

Levando em consideração os aspectos citados, entendemos que a família³ e a escola são instituições distintas e que é fundamental o diálogo entre ambas para construir ações mais exitosas no que diz respeito ao processo de escolarização dos estudantes e de sua formação humana. Quando isso está posto, é possível, ao se perceber mudanças abruptas no estudante, seja tal mudança comportamental, cognitiva ou emocional, agir mais rapidamente na direção do cuidado, da proteção e da garantia de direitos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2016) evidencia essa importância quando afirma que:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

É também tarefa da escola a promoção e cuidado da relação entre ela e a família. Caberá aos professores e à instituição organizar situações que a aproximem dos responsáveis pela criança, por meio de reuniões, eventos festivos e descontraídos – ação fundamental para que estes possam acompanhar de perto o desenvolvimento das crianças e construir juntos caminhos de promoção de práticas de autocuidado. Desse modo, aos poucos e por meio de pequenas ações, talvez a escola produza deslocamentos importantes na cultura escolar.

No trabalho de especialização intitulado “*Oficinas de prevenção de álcool e outras drogas no ambiente escolar*”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, na linha de pesquisa de Cuidado em Atenção Psicossocial, Camila dos Santos Barros (2014), nos mostra que o ambiente escolar é um lugar apropriado para realização de oficinas de prevenção de uso de drogas, por ser um ambiente de construção do conhecimento e que tem como público sujeitos com idade mais suscetível a fazer uso dessas substâncias em busca de novas experiências.

Como instrumento, foi utilizado o recurso de uma cartilha, para auxiliar os(as) educadores(as) a agir na prevenção ao uso de drogas. Com isso, apresenta possíveis

³ O conceito de família é compreendido nos diversos arranjos possíveis, portanto, vai além de um meio constituído pelo casamento, modelo tradicional e herança genética, como por exemplo, a família monoparental, união estável, poliafetiva, ampliada, substituta etc.

formas de abordar a temática, uma vez que tal tema é pouco abordado na formação acadêmica, e o pouco que é tratado nas escolas se dá por meio de palestras pontuais, normalmente anuais, desencadeando limitações em como o educador(a) e a escola o abordam o tema.

Com isso, além dos desafios enfrentados pela categoria docente, como a precarização das condições de trabalho, políticas de descontinuidade e retrocessos no campo educacional, o uso de álcool e outras drogas pelos estudantes é mais um desafio, que se soma ao que já é grande na escola e ganha centralidade na agenda da instituição.

O fato de que muitas vezes, os(as) professores(as) se tornam referência para as crianças e jovens aumenta a responsabilidade do ofício. Junto a isso, há cobranças de pais e responsáveis, direção e opinião pública, para que o assunto seja abordado em sala de aula e na escola e que saibam lidar de modo propositivo com os(as) estudantes que dão pistas em relação ao consumo de drogas ou curiosidade sobre o tema.

Propondo um jeito possível de trabalhar o tema na escola, Spodek e Saracho (1998) defendem a inclusão de todos os estudantes, até mesmo dos que têm menor chance de consumo de drogas. A ideia é criar espaços coletivos de conversa que possam contribuir e incentivar a reflexão sobre o assunto, construindo medidas dentro da própria escola e sala de aula, criando regras de convívio e discussões para que se diminua o campo de incertezas. Assim compreendem a importância de dar espaço para que os jovens conheçam as regras, entendam suas lógicas e saibam as consequências do não cumprimento, e se não concordarem, possam sugerir mudanças que serão analisadas e se aceitas no coletivo, implantadas.

Ao descrever a importância do trabalho do(a) professor(a), da família e da escola Spodek e Saracho (1998, p. 167) advogam que:

O envolvimento dos pais na educação das crianças tem uma justificativa pedagógica e moral, bem como legal [...]. Quando os pais iniciam uma parceria com a escola, o trabalho com as crianças pode ir além da sala de aula, e as aprendizagens na escola e em casa possam se complementar mutuamente.

O que possibilita deduzir que nessa aproximação e relação, o alcance de intervenções preventivas ao uso de álcool e de outras drogas na escola pode ser mais possível. Medeiros (2018) chamou a atenção em sua pesquisa que para a prevenção ao uso de drogas ser efetiva terá que ter o apoio e envolvimento de professores(as),

administradores(as) e a participação dos(as) estudantes em sala de aula, incluindo o conteúdo e prática no currículo.

De acordo com as diretrizes internacionais sobre a prevenção ao uso de drogas publicadas pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a prevenção ao uso de drogas deve ser realizada por meio de um programa que tenha a participação do corpo docente e da gestão escolar, assim como da família e da comunidade escolar (UNODC, 2014).

No Brasil, existe o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), que tem como base o (*Drug Abuse Resistance Education*), programa educacional americano. O PROERD é coordenado pela Polícia Militar e desenvolvido em todos os estados do território brasileiro. Destacamos que há controvérsias relacionadas à natureza do referido programa e que não é nossa intenção avaliar e problematizar suas limitações, contudo, registramos que muitas vezes o mesmo adquire um tom moralista e de criminalização do uso de drogas. Para maior aprofundamento, indica-se a leitura da dissertação de mestrado de Deise Rateke, intitulada “*A Escola Pública e o PROERD: tramas do agir policial na prevenção às drogas e às violências*” (2006).

Sobre o que evidencia algumas pesquisas, observamos que há dados de que o consumo de drogas se inicia cada vez mais cedo, aumentando os riscos de danos à saúde das crianças e adolescentes. Segundo Medeiros (2018), estudos epidemiológicos recentes apontam que o consumo de drogas em 27 capitais registra que 25,5% dos estudantes entre 10 a 19 anos já haviam utilizado algum tipo de drogas ilícitas.

Esse levantamento confirma a importância da implantação de programas de prevenção ao uso de drogas no âmbito escolar, pois como já explicitado, intervenções preventivas, metodologias específicas, modificação de atitudes e crenças e a abordagem sobre o tema pode propiciar a construção de repertórios para recusar ou adiar o primeiro uso (MEDEIROS, 2018). Além disso, Silva (2016), nos estudos científicos sobre o uso e abuso de álcool e outras drogas, reafirma que a exposição dos estudantes, em geral, acontece muito cedo, cerca de 5,0% dos estudantes brasileiros devem ter iniciado a experimentação de drogas antes dos 10 anos.

Considerando o que já foi explicitado sobre a importância da escola na vida dos estudantes, que se destaca como um espaço de aprendizagem, desenvolvimento, socialização e de formação de valores, ela pode ser também um lugar para se construir ações preventivas e de alcance a um grande número de crianças, adolescentes e suas

respectivas famílias. De acordo com alguns pesquisadores, as atividades realizadas na e pela escola na prevenção ao uso de drogas são relevantes, pois:

O risco das drogas é frequente na vida dos adolescentes e pré-adolescentes, mas se tiverem a autoestima elevada, a expectativa de vida clara por parte de pais e professores, aliada a uma educação formativa, que envolva afeto, controle e segurança, aspectos estes fundamentais para o amadurecimento dos valores e atitudes, serão direcionados para uma vida saudável e livre das drogas. A escola tem papel fundamental na promoção da saúde. Trabalhar com temas que estão presentes no dia a dia dos alunos e orientar sobre seus perigos e desafios é de extrema importância para que nossos jovens tenham uma posição reflexiva e crítica dentro e fora dos muros da escola, e dessa forma, desconstruam o mito da droga. (CALEFI, 2015, p. 327)

Com isto posto, tomar para si o tema e construir um modo de ações numa perspectiva crítica sensível e não moralista é de fundamental importância, uma vez que poderá produzir ações preventivas e de redução de danos, como expressa o pesquisador:

Uma das saídas viáveis para que a escola consiga lidar com tais problemas é o trabalho de prevenção realizado de maneira coletiva, inserido no currículo e de forma contínua durante todo o período escolar. Também é necessário definir objetivos, traçar metas e estratégias que vão ao encontro da filosofia da escola, a qual deve sempre estar reavaliando suas ações e buscando novos recursos e parcerias fora dos muros escolares. Cabe à escola preparar o aluno para compreender sua realidade e atuar de forma crítica na sociedade, portanto, concordamos com a TV Escola quando diz que: “A missão da educação, ao invés de negar a realidade, é procurar compreendê-la e formar pessoas que saibam conviver com ela de forma crítica, fazendo escolhas conscientes e autônomas”. (CALEFI, 2015, p. 331)

Outra pista sobre o resultado das ações ou projetos de prevenção às drogas dentro de uma referência crítica, situado no diálogo com o contexto histórico e pedagógico da instituição, é que a proposta seja construída coletivamente e inicie o mais cedo possível, reforçando a sua dimensão preventiva. Como afirmam o autor:

[...] a escola poderá desencadear um trabalho pedagógico sobre a prevenção ao uso indevido de drogas aproximando essa discussão da realidade local, considerando as necessidades e dificuldades da própria escola e contribuindo para a transformação cultural, política e econômica da sociedade. (CALEFI, 2015, p. 336)

Ou ainda, como explicita o excerto abaixo:

Como se vê facilmente nas ruas, o contato com as drogas começa cada vez mais cedo, às vezes, ainda na infância. Por isso, o trabalho de conscientização deve começar ainda com as crianças pequenas mostrando a elas o valor da vida e tudo de bom que ela oferece. O trabalho a longo prazo tem ainda a vantagem de ser mais adequado ao perfil de cada turma, pois o professor que

já a conhece consegue ir bem mais direto ao assunto do que um palestrante, por exemplo, que visita ocasionalmente a escola. É preciso que os pais compreendam a importância de se estabelecer limites na vida dos filhos, sendo firmes e coerentes em suas decisões e dialogando com os mesmos. É imprescindível fazê-los entender o porquê dos limites através de explicações claras, evitar ameaças e proibições exageradas e manter sempre o contato afetivo com os filhos. (CALEFI, 2015, p. 335)

Uma pesquisa também interessante foi o levantamento realizado no ano de 2010, pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), que funciona no Departamento de Medicina Preventiva, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), com estudantes das redes pública e particular de ensino, compreendendo as 27 capitais brasileiras. O estudo buscou: caracterizar os dados globais do Brasil (na rede pública e privada) relativos às especificidades sociodemográficas dos estudantes, apresentando os dados de consumo de drogas (vida, mês, ano, frequência), gênero e faixa etária de incidência; avaliar tendências temporais para os parâmetros de uso na vida, para a rede pública de ensino em 10 capitais (nos anos de 1987, 1989, 1993, 2004 e 2010) e nas 17 demais capitais (2004-2010) (GALDUROZ; CAETANO, 2004).

O dado epidemiológico consistiu na aplicação de um questionário fechado e anônimo, realizado nos cinco anos anteriores. No ensino fundamental, o questionário era mais curto e, no ensino médio, mais extenso, com questões sobre as características sociodemográficas, frequência do estudante na escola, estrutura familiar e padrão de uso de drogas (álcool, tabaco, maconha, cocaína, solventes, ansiolíticos, estimulantes, alucinógenos e outras drogas como os anabolizantes). Após dois meses da aplicação da prova, foram enviados às escolas e pelo correio livretos informativos sobre drogas confeccionados pelo CEBRID (GALDUROZ; CAETANO, 2004).

Com o amplo diagnóstico, realizado no VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 capitais brasileiras sobre a prevalência e os padrões de uso de drogas, foi possível identificar as substâncias mais utilizadas por esta população, bem como os fatores de risco e proteção envolvidos. E quando, nos debruçamos sobre os dados da cidade de Florianópolis, podemos perceber que o uso de drogas, aqui, inicia-se entre 10 e 12 anos, e a média é maior entre o sexo masculino do que no sexo feminino (GALDUROZ; CAETANO, 2004).

Baus, Emil e Pires (2002) nos alertam sobre o uso de drogas na idade escolar, afirmando ser uma preocupação de saúde pública e como os fatores sociodemográficos,

como sexo, classe social e fatores psicossociais, influência de amigos e contato no âmbito familiar recaem sobre a possibilidade dessa aproximação ao uso de álcool e outras drogas por crianças e adolescentes. Chama a atenção para o fato de que no Brasil existe apenas uma única pesquisa de abrangência nacional sobre o uso de drogas em idade escolar que foi realizada pelo CEBRID no ano 2010, como já apresentamos.

Outro aspecto que atravessa a discussão são os marcadores sociais da diferença, sobretudo o de classe social e sua influência no tipo de droga, no início do uso, bem como a abordagem oferecida pelo Estado quando chega ao usuário:

O consumo de drogas não atinge de maneira uniforme toda a população e sua distribuição é distinta nas diferentes regiões do país, apresentando inclusive diferenças significativas em uma mesma região, tanto nos aspectos sociais quanto nas vias de utilização e na escolha do produto, a pauperização do país, que atinge em maior número pessoas, famílias ou jovens de comunidades já empobrecidas, apresenta o tráfico como possibilidade de geração de renda e medida de proteção. (BRASIL, 2004, p.26)

Como desencadeadores do uso de drogas por estudantes, algumas mudanças podem ocorrer na sua rotina e comportamentos (como presenciei no estágio): cito aqui a falta de atenção e concentração por parte das crianças que fizeram uso antes do período de aula, apatia de um estudante e agitação de outro.

Há que se considerar também que o uso de drogas e suas motivações são singulares, podendo-se dar pelo uso recreativo ou como fonte de renda. Algumas crianças passam a trabalhar no tráfico ainda cedo e essas atividades relacionadas ao consumo ou venda ganham prioridade por se tornar ajuda financeira a família. Enquanto isso, as brincadeiras de rua, jogos, tempo de vida com seus pares, características desse momento, assim como as atividades escolares e de convivência social, saem de cena e deixam de ser atividades importantes ou predominantes.

Tais achados vão ao encontro do que Dias (2021) afirma sobre a necessidade de se pensar e refletir sobre o tema, bastante presente na nossa realidade. A falta de informação, o fácil acesso às drogas, a busca de qualidade de vida e de bens de consumo, por crianças e adolescentes mais vulneráveis, são fatores decisivos e que marcam essa aproximação. Além disso, existe uma tendência mundial que aponta para o uso cada vez mais precoce de substâncias psicoativas, incluindo o álcool, sendo que tal uso também ocorre de forma cada vez mais pesada (BRASIL, 2004). Reforçando, assim, a urgência e necessidade de tratá-lo com a seriedade e constância que o assunto demanda.

Lembramos, mais uma vez, que o uso de drogas se inicia normalmente na passagem da infância para a juventude. Que é um fenômeno antigo na história da humanidade que se apresenta como um grave problema de saúde pública, causando consequências de ordem pessoal – alteração no funcionamento do cérebro e nas funções cerebrais, emocional e social –, sendo vinculado a crimes e à violência, que recaem num tipo específico de sujeitos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho se configura como uma pesquisa de cunho bibliográfico e, nesta seção, apresentamos os dados e a análise do estudo, realizado no repositório da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) Brasil. A pesquisa não teve um recorte temporal, e pode-se observar uma predominância de artigos publicados em revista da área da educação e psicologia. De acordo com Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica é:

[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Como subsídio para pesquisa e análise, por meio dos descritores, a priori definidos, “drogas”, “escola” e “saúde escolar”, foram selecionados inicialmente 20 artigos. Em seguida, procedemos com a leitura dos títulos, resumos, resultados e conclusões, em todos os manuscritos, totalizando seis artigos para a leitura integral e análise, por tratarem do tema da pesquisa.

Os eixos de análise que guiaram a leitura e reflexão sobre os dados em questão são:

1. Características do grupo de crianças vulneráveis ao consumo precoce do uso de drogas.
2. Tipo de atividade realizado nas escolas como projetos de prevenção ao consumo precoce do uso de drogas.
3. Importância do papel da escola na prevenção ao uso de drogas.

No quadro a seguir, pode-se visualizar a relação dos artigos selecionados para análise, bem como seus autores e informações de publicação:

Quadro 1 – Pesquisa realizada na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) Brasil

| Nº | AUTORES(AS) | TÍTULO | REVISTA | ANO |
|----|---|--|----------------------------------|------|
| 1 | Pollyanna Fausta Pimentel de Medeiros | Percepções da comunidade escolar sobre a implantação do programa <i>unplugged</i> em escolas | Psicologia Escolar e Educacional | 2018 |

| | | | | |
|---|--|---|-------------------------------------|------|
| 2 | Julia Chamusca Chagas | Concepções de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental sobre prevenção do uso indevido de drogas | Revista Brasileira de Educação | 2017 |
| 3 | Andréia Isabel Giacomozzi | Levantamento sobre uso de álcool e outras drogas e vulnerabilidades relacionadas de estudantes de escolas públicas participantes do programa saúde do escolar/saúde e prevenção nas escolas no município de Florianópolis | Saúde e Sociedade | 2012 |
| 4 | Jossara Cattoni Araldi, Kathie Njaine, Maria Conceição de Oliveira, Angela Carla Ghizoni | Representações sociais de professores sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas na adolescência: repercussões nas ações de prevenção na escola | Interface | 2012 |
| 5 | Deborah Carvalho Malta | Família e proteção ao uso de tabaco, álcool e drogas em adolescentes, Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares | Revista Brasileira de Epidemiologia | 2011 |
| 6 | Tatiana Cristina Diniz Ferreira, Zila van der Meer Sanchez, Luciana Abeid Ribeiro, Lúcio Garcia de Oliveira, Solange Aparecida Nappo | Percepções e atitudes de professores de escolas públicas e privadas perante o tema drogas | Interface | 2012 |

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

2.1 Eixos de análise

2.1.1 Características do grupo de crianças vulneráveis ao consumo precoce de drogas

Considerando a importância de compreendermos as singularidades que caracterizam o perfil de crianças mais vulneráveis ao consumo precoce de drogas, por meio da leitura dos referidos artigos, é possível afirmar que o consumo de drogas ocorre

com maior frequência entre os adolescentes e num número mais reduzido estão as crianças. Como, por exemplo, podemos evidenciar nos artigos *“Levantamento sobre uso de álcool e outras drogas e vulnerabilidades relacionadas de estudantes de escolas públicas participantes do programa saúde do escolar/saúde e prevenção nas escolas no município de Florianópolis”* (2012), de Andréia Giacomozzi, e no manuscrito de Jossara Cattoni Araldi (2012), denominado *“Representações sociais de professores sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas na adolescência: repercussões nas ações de prevenção na escola”*.

Ao abordar a dimensão do consumo de drogas e as especificidades dos indivíduos que estão mais vulneráveis, Giacomozzi (2012, p. 614) afirma que, para a Organização Mundial da Saúde (OMS), os sujeitos estão: “a) sem informações adequadas sobre as drogas e seus efeitos; b) com uma saúde deficiente; c) insatisfeito com sua qualidade de vida; d) com personalidade vulnerável ou mal-integrada, e) com fácil acesso às drogas”.

Araldi (2012), no bojo de suas reflexões, traz outros fatores de risco que também podem representar uma vulnerabilidade das escolas, como a localização próxima a pontos de tráfico de drogas. Além disso, descreve o assédio de traficantes que as crianças sofrem o consumo de álcool, cigarro ou outros tipos de drogas usados na família ou na comunidade que estão inseridas, a facilidade de acesso e elas e as propagandas na mídia vinculadas ao álcool e tabaco. O que pode resultar, por sua vez, em fatores que, no cotidiano da criança, tornam-nas mais suscetíveis a esse consumo ainda na infância.

2.1.2 Tipo de atividade realizado nas escolas como projetos de prevenção ao consumo precoce de drogas

Sabemos que a escola em seu contexto sociocultural, nas suas vivências e práticas pedagógicas opera a partir de políticas públicas, e estas são marcadas por interrupções e por projetos de educação que nem sempre dialogam com os desafios cotidianos da realidade escolar.

Giacomozzi (2012) reforça a importância da integração entre a saúde e a educação, destacando que a escola é um bom espaço para a articulação das políticas que trabalha com a vivência das crianças e adolescentes, pois nela se encontram as várias participações de toda comunidade escolar. Afirma que o projeto de Prevenção e Saúde

na Escola (PSE) contribui para a prevenção à saúde dos estudantes, trata da construção de uma cultura de paz e combate às diferentes expressões de violência, ao consumo de álcool, tabaco e outras drogas, um dos quatro eixos do programa.

Sobre os tipos de atividades de prevenção, realizadas na escola, afirma que:

Estudos que avaliam a eficácia de programas de prevenção ao uso de drogas evidenciam que intervenções preventivas que integram habilidade de vida e influências sociais são mais eficazes no ambiente escola reduzindo a prevalência do consumo de drogas entre os adolescentes através de modificações de atitudes, crenças e percepções normativas sobre o tema “drogas”, ou proporcionando o desenvolvimento de competências e habilidades para a recusa ou postergação do primeiro uso. (MEDEIROS, 2018, p. 174)

Medeiros (2018), na pesquisa denominada “*Percepções da comunidade escolar sobre a implantação do programa unplugged⁴ em escolas*”, afirma que, nas escolas em que tal programa foi implementado, obtiveram-se bons resultados na prevenção ao uso de drogas entre estudantes de 12 a 14 anos. O *unplugged* se sustenta em três pontos principais: o primeiro é a promoção de habilidades de vida; o segundo é a informação sobre as drogas; e o terceiro é o pensamento crítico segundo as crenças vividas pelos estudantes que participam das aulas.

No Brasil, a experiência com esse programa se deu por meio da construção de um currículo básico, estruturado em 12 aulas ministradas semanalmente, com duração média de uma hora, e contou com professores treinados, utilizando técnicas interativas com o enfoque no desenvolvimento interpessoal, informando sobre o efeito do uso de drogas no organismo. Do que foi produzido de reflexões, diz que:

Percebeu-se que a Prevenção ao Uso de Drogas só será efetiva, no contexto brasileiro, com apoio e estímulo institucionais, compartilhamento e envolvimento dos professores, administradores e participação dos alunos em sala de aula, com adaptações curriculares que não comprometam o ensino regular. Em consonância com esse processo de construção e instrumentalização, para a consolidação de estratégias de qualificação dos projetos político-pedagógicos das ações de prevenção ao uso de drogas nas escolas considera-se necessário institucionalizar e incorporar pesquisas avaliativas que acompanhem e subsidiem a implantação de programas prevenção nas escolas brasileiras. (MEDEIROS, 2018, p.181)

Desse modo, fica visível que a atenção em alguns indicadores possibilitaria um maior engajamento da comunidade escolar nos projetos e temática. Logo, reforça a

⁴ *Unplugged* é um programa que foi trazido de outros países europeus.

necessidade de alterações e melhorias para se ter um programa de prevenção às drogas eficaz nas escolas, visando à ampla participação dos sujeitos envolvidos e considerando que é na vivência em sociedade que se percebe as necessidades das crianças, tornando possível a construção de um currículo que aborde esta demanda com a colaboração de professores(as), secretaria, pais e estudantes.

2.1.3 *Importância do papel da escola na prevenção ao uso de drogas*

No que diz respeito à realização de ações preventivas ao uso de drogas que a escola pode construir, é unânime a compreensão de sua vital importância. No artigo “*Percepções e atitudes de professores de escolas públicas e privadas perante o tema drogas*”, Ferreira *et al.* (2012) anunciam a importância de que na construção de práticas docentes se perceba as individualidades de cada estudante, levando-se em conta a sua vida em sociedade, elaborando práticas que permitam uma educação voltada às diferenças, sempre considerando que a criança é um ser de direitos, os quais são garantidos pelo ECA. Afirmam as autoras:

A escola tem um papel fundamental a desempenhar na prevenção ao consumo de drogas. Afinal, ela possui um caráter de socialização, ou seja, de tornar possível o contato do jovem com realidades diferentes da sua e, a partir daí, fazê-los incorporar ideias, comportamentos e atitudes frente a determinadas situações. Em outras palavras, é na escola que as pessoas se tornam informadas e constroem as suas opiniões sobre determinados assuntos, o que, segundo os entrevistados, não poderia ser diferente em relação ao tema ‘drogas’. (FERREIRA *et al.*, 2012, p. 557)

Chagas (2017), na pesquisa “*Concepções de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental sobre prevenção do uso indevido de drogas*”, evidencia a necessidade de realizar estudos que compreendam as percepções das professoras sobre o tema das drogas, que se elabore materiais que partam dos conhecimentos, experiências, questionamentos, desafios e necessidades das próprias crianças, criando, assim, uma prática pedagógica e uma forma de abordar temática em sala de aula, situada no contexto e tempo histórico.

Essa defesa poderá caminhar na direção de um exercício docente comprometido com a construção e promoção de uma escola democrática, autônoma e de qualidade para a formação de sujeitos críticos. Sobre isso, afirma a autora:

Uma prática educativa de qualidade voltada para a construção da cidadania precisa levar em consideração a temática das drogas, entre outras questões, que seja pautada no acolhimento das vivências de cada criança e na interlocução diária entre os fatos relevantes que acontecem dentro e fora da escola. (CHAGAS, 2017, p. 10)

É de suma importância ressaltar que a escola será mais exitosa nas ações quando contar com a participação da família e da comunidade, uma vez que nos três territórios - escola, família e comunidade – ocorre a constituição do sujeito, sendo espaços onde a aprendizagem e o desenvolvimento social, cognitivo e afetivo se dão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa foi analisar a importância da escola na prevenção ao uso de drogas, por meio de uma pesquisa bibliográfica. Tentei explorar essa questão me baseando nas pesquisas sobre as características do grupo de crianças que estão vulneráveis ao consumo precoce de drogas. Com base nessa perspectiva, pode-se observar qual o tipo de atividade tem sido realizada nas escolas, como projetos de prevenção ao consumo precoce de drogas e a importância do papel ativo na escola na prevenção a esse consumo.

Em primeiro lugar, a ideia de pensar a importância do papel ativo na escola na prevenção ao uso de drogas com as crianças da turma do 4º ano na Escola Estadual de Educação Básica Padre Anchieta, localizada no Bairro Agrônoma em Florianópolis, Santa Catarina, durante o estágio que ocorreu no primeiro semestre de 2019, permitiu compreender a importância deste aspecto para a formação de professores(as). Isso porque é preciso analisar que a escola pública, enquanto uma instituição mediadora de conhecimentos para a vida dos indivíduos em sociedade, deve se comprometer com propostas para o desenvolvimento da emancipação humana, com a finalidade de possibilitar a transformação social e tornar a ideia da prevenção ao consumo precoce de drogas como uma de suas ações docentes.

Nessa perspectiva, o fato de existirem crianças vulneráveis ao consumo de drogas no respectivo ano analisado, tornou possível perceber que a escola pública ainda cumpre sua função de reprodução e legitimação das desigualdades sociais, o qual acaba refletindo em salas de aula constituídas, em sua maioria, por esses modelos de ensino-aprendizagem presentes em nosso país. Essa conjuntura social, política e afetiva, geraram perguntas sobre estas crianças e outras que se encontram nessa situação, por conta de uma realidade considerada instável e que interfere diretamente no aprendizado e no desenvolvimento humano.

Das leituras e estudos que fiz, confirma-se que precisamos perceber quais são as condições que as crianças advindas do contexto do uso precoce de drogas contam para aprender o conhecimento sistematizado e quais são as implicações nas práticas pedagógicas para além da socialização dessas crianças na instituição escolar. Além disso, se faz necessário que o processo de ensino-aprendizagem do conhecimento sistematizado tenha uma intencionalidade pedagógica, para garantir sucesso na escolarização.

Observa-se, portanto, que a escola é um espaço de construção e consolidação de vínculos entre estudantes e educadores e que tais aspectos ultrapassam a simples relação pedagógica, tornando o ambiente escolar um local de formação de sujeitos. Além disso, os aprendizados desenvolvidos e as relações estabelecidas no ambiente escolar têm um papel fundamental enquanto agente promotor de cidadania e de qualidade de vida. Por conta disso, deve se comprometer com projetos e vivências de crianças oriundas de contextos de vulnerabilidades, sendo um local importante e de referência para desenvolver iniciativas de prevenção no consumo de drogas.

Por fim, compreender a importância da escola na prevenção ao uso de drogas, por meio de uma pesquisa bibliográfica, contribuiu para que eu refletisse criticamente sobre os aspectos políticos, sociais e históricos envolvidos na questão, e, assim, confirmar o ato político que há no exercício de ser professor(a), procurando entender a realidade que me cerca.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, K. Lima, A docência na educação infantil: sobre os contornos da experiência pedagógica no encontro com as crianças. **Investigar em Educação - IIª Série**, [s. l.], n. 4, p. 57-65. 2015.

ARALDI, C. et al. Representações sociais de professores sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas na adolescência: repercussões nas ações de prevenção na escola. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [on-line]**, v. 16, n. 40, p. 135-148. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000002>Acesso em: 20 mar. 2022.

ARIÈS, P. **História Social da infância e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARROYO, M. O significado da infância. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 1., 1994. **Anais [...]**. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1994. p 88-92. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002748.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BARROS, C. S. **Oficinas de prevenção de álcool e outras drogas no ambiente escolar**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BAUS, J.; EMIL, K; PIRES, M. Prevalência e fatores de risco relacionados ao uso de drogas entre escolares. **Rev. de Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. 1, fev. 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 8. ed. Brasília, DF: Edições Câmara, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Nacional de DST/Aids. **A Política Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas**. 2. ed. ver. ampl. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CALEFI, M. J. **Drogas: O Ambiente escolar e Seu Papel Preventivo**. Universidade Estadual de Londrina, Paraná. 2015.

CHAGAS, J. C. et al. Concepções de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental sobre prevenção do uso indevido de drogas. **Revista Brasileira de Educação [on-line]**. 2017, v. 22, n. 71. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227179>. Acesso em: 20 mar. 2022.

DIAS, A. Educação e prevenção: a questão drogas nas escolas. **Brasil Escola**, 2021. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-prevencao-questao-drogas-nas-escolas.htm>. Acesso em: 20 mar. 2022.

DOCUMENTÁRIO Maciço. Direção: Pedrinho MC. Produção: Shaumi Womer. Roteiro: Luciano Burin. Fotografia de Diego Canarine Pedro MC. Brasil: Cizana filmes, 2009. https://www.youtube.com/watch?v=-ObiWF_agFE&feature=youtu.be. Acesso em: 20 mar. 2022.

DUSSEL, I.; CARUSO, M. Sala de aula? Genealogia? Definições para iniciar o percurso. *In: A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar*. São Paulo: Moderna, 2003.

FERREIRA, T. C. D. et al. Percepções e atitudes de professores de escolas públicas e privadas perante o tema drogas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [on-line]**,

2010, v. 14, n. 34, p. 551-562. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832010005000007>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura).

GALDURÓZ, J. C. F.; CAETANO, R. Epidemiologia do uso de álcool no Brasil. **Brazilian Journal of Psychiatry [on-line]**, v. 26, suppl. 1, p. 3-6, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462004000500002>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GIACOMOZZI, A. I. *et al.* Levantamento sobre uso de álcool e outras drogas e vulnerabilidades relacionadas de estudantes de escolas públicas participantes do programa saúde do escolar/saúde e prevenção nas escolas no município de Florianópolis. **Saúde e Sociedade [on-line]**, 2012, v. 21, n. 3, p. 612-622. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000300008>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

LAURO. R. BIANCA; SANTOS. ARETUSA. **Infância, Criança e Diversidade: Proposta e Análise**. Universidade Federal de Juiz de Fora; Minas Gerais, 2010.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. A Construção da escola pública: avanços e impasses. *In*: LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, Estrutura e Organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 233-259.

LOPES, D. A. B; OLIVEIRA, J. L. S; SANTANA, F.; PAULO, K. P. S; BATISTA, C. B. Importância da Relação Entre Escola e Família no Desenvolvimento Intelectual e Afetivo do Aluno. **Saberes, Rondônia**, v. 4, n. 1, p. 20-29, jan./jun. 2016.

MALTA, D. C. *et al.* Família e proteção ao uso de tabaco, álcool e drogas em adolescentes, Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares. **Revista Brasileira de Epidemiologia [on-line]**, v. 14, suppl. 1, p. 166-177, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2011000500017>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MARCASSA, L. P.; COLDE, S. F.; DALMAGRO, S. L. (org.). **Juventude pobre e escolarização: trabalho, cultura e perspectivas de futuro nos territórios do maciço do Morro da Cruz – Florianópolis**. Florianópolis: Em Debate, 2019. Ebook.

MEDEIROS, P. F. P. de *et al.* Percepções da comunidade escolar sobre a implantação do programa *unplugged* em escolas. **Psicologia Escolar e Educacional [on-line]**, v. 22, n. 1, p. 173-184, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392018014256>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MIRANDA, R. **Habitação popular e favelas: Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José**. Florianópolis: [s. n.], 2001.

NEVES, A. F. *et al.* **Estudos Interdisciplinares em Humanidades e Letras**. Catalão: Edgard Blücher, 2016.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, [s. l.], n. 78, ano XXIII, abr. 2012.

PASA, G. G. As drogas e o ambiente escolar. **Revista Digital Multidisciplinar do Ministério Público do RS**, [s. l.], n. 4, 2011. Disponível em: https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/revista_digital/numero_04/revista_digital_ed_04_2.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

QUINTEIRO, J. Infância e Educação no Brasil: um campo de estudos em construção. *In*: FARIA, A. L. G.; DEMARTINI, Z. B. F.; PRADO, P. D. (org.). **Por uma Cultura da Infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 19-47.

RATEKE, D. **A Escola Pública e o PROERD: Tramas do Agir Policial na Prevenção às Drogas e às Violências.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ROLNIK, S. Diálogo e alteridade. **Boletim de Novidades**, [s. l.], v. 5, n. 44, p. 35-44, 1992.

SALVADOR, C. C. *et al.* (org.). **Psicologia da Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SILVA, M. C. A. **O papel da escola nas ações preventivas relacionadas ao uso de álcool e outras drogas por alunos do Ensino Fundamental I.** São Paulo: Faculdade Sudoeste Paulistano, FASUP, 2016.

SCHUTZ, J. A. **Debates Contemporâneos em educação.** São Paulo: Dialogar, 2018.

SPODEK, B; SARACHO, O. N. **Ensinando crianças de 3 a 8 anos.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.

UNODC. **Global Study on Homicide 2013.** Viena: United Nations Publication, 2014